

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana
Ensaio Crítico – Turma 11
Sensibilização: caminho a ser trilhado por todos

Mariane Gomes Pinheiro (*)

O setor de transporte urbano está vivenciando um grande período de debates sobre a questão da Mobilidade Urbana. Isto porque o desenvolvimento das cidades se dá de forma desenfreada, sem nenhum tipo de planejamento no sentido de limitação pelas condições de espaço e infraestrutura existenciais, para que, em um futuro próximo as mesmas não sejam umas das principais causas da dificuldade da mobilidade urbana.

Em meio a toda esta “desordem” em que se encontram as cidades, verifica-se necessária a implantação da Lei da Mobilidade Urbana, condição para busca de financiamentos de projetos de mobilidade no Governo Federal, visando a indicação de caminhos para produzir um futuro onde as pessoas possam locomover-se com menores dificuldades, respeitando o direito das mesmas de ir e vir, estabelecido no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal Brasileira.

Em busca da aplicação deste direito constitucional, os desafios são muitos e grandes, dentre eles, verifica-se a questão da sensibilização para mobilidade urbana, tanto dos políticos envolvidos, quanto da população em geral. Isto porque, a cidade é um organismo vivo, diversificado, ou seja, que contem populações em situações cômodas, tais como os integrantes das classes média e alta; bem como populações em situações precárias (classe baixa), estas sim necessitam e imploram por mobilização principalmente política para transformar sua situação socioeconômica.

Ao mesmo tempo em que a população de renda baixa necessita de uma revira-volta socioeconômica e política, esta não possui peso decisivo nos órgãos de planejamento da infraestrutura urbana, justamente pela falta de expressão na sensibilização dos meios públicos.

Para que esta mobilização ocorra, é necessária uma ratificação pelos meios públicos e políticos, em função do desenvolvimento de uma estrutura igualitária, como por exemplo, pode-se citar a ampliação dos meios de transporte público, priorizando-os em demérito ao transporte privado.

A questão da mobilidade deve envolver todos os segmentos da sociedade, principalmente os usuários do transporte público, que podem sugerir várias soluções a respeito da infraestrutura urbana e sobre a prestação de serviços do mesmo, para que este seja mais atrativo, evidenciando a necessidade de sua utilização até mesmo pelo fato da questão socioambiental em que o mundo está engajado.

O início da discussão socioambiental citada é de extrema importância, visto que, com o aquecimento global sendo intensificado pela ação humana, o plano de mobilidade urbana vem de encontro com as expectativas de solucionar estas questões, na medida em que, ao ampliar a utilização do transporte público, reduz-se a emissão de poluentes do transporte privado e polui-se menos a atmosfera, o que implica na desaceleração do aquecimento global.

Além das questões socioambientais mencionadas, o plano de mobilidade urbana também se estende a temas como inclusão social e acessibilidade, pois para que a mobilidade dos deficientes (físicos, visuais e etc.) seja beneficiada é necessária à ampliação das condições de forma a atender às necessidades de mobilidade dos mesmos, tanto para quando estes são pedestres (através de calçadas acessíveis e de pisos táteis de alerta e direcional), ou para quando são usuários do transporte público (através de transportes adequados e profissionais capacitados para o manuseio dos equipamentos necessários para transportar os deficientes), com o intuito de proporcionar a autonomia e segurança dos deficientes em geral, o que levará a reinserção na sociedade em que estes vivem.

A esfera psicológica também deve ser incluída nas questões abordadas, pois como o excesso de veículos privados provocam congestionamentos nas grandes cidades, resultam em estresse psicológico no motorista que, ao sentir-se desafiado, tanto em discussões com outros motoristas, quanto em relação à necessidade de chegar no horário em seu compromisso, o mesmo vê-se obrigado a dirigir em velocidades altas, o que é uma das causas de acidentes de trânsito.

Com tudo isso, verifica-se que a implantação da Lei da Mobilidade Urbana em todas as cidades brasileiras faz-se necessária, e que a mesma não é fácil, mas não é impossível, havendo sensibilização geral em prol desta causa.

() Mariane Gomes Pinheiro é auxiliar de Engenharia na Comap Consultoria Marketing Planejamento e Representações Ltda.*